

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

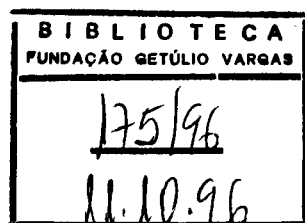
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ABRIL DE 1996

**PALESTRA SOBRE
SISTEMA JUDICIÁRIO
BRASILEIRO**

**CADERNOS EBAP
Nº 79**

Rio de Janeiro - Brasil



AC. 44483

ID 77399

BB-00055045-9

CADERNOS E B A P

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

DIRETOR DA EBAP

Armando S. Moreira da Cunha

CHEFE DO CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

Fernando Guilherme Tenório

EDITORA RESPONSÁVEL

Deborah Moraes Zouain

COMITÊ EDITORIAL

Corpo docente da EBAP

EDITORAÇÃO

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA:

CADERNOS EBAP

Praia de Botafogo, 190, sala 508

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CEP 22.253-900

Telefones: (021) 536-9145

551-8051

Prezado Leitor,

Faça já sua assinatura dos **CADERNOS EBAP** por R\$12,00 e receba, ao longo do ano, seis exemplares. Você terá, sem dúvida, a oportunidade de refletir sobre importantes temas da administração pública brasileira.

A Editora

✂-----Corte aqui-----✂

<div data-bbox="544 864 725 1114" data-label="Image"></div> <div data-bbox="167 1117 444 1156" data-label="Section-Header"><p>CADERNOS EBAP</p></div> <div data-bbox="167 1194 627 1539" data-label="Text"><p>Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas Departamento de Pesquisa e Publicações Praia de Botafogo, 190, Sala 508 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ 22 253 - 900</p></div>	<div data-bbox="812 944 1269 977" data-label="Section-Header"><p>CADASTRO: CADERNOS EBAP</p></div> <div data-bbox="758 1145 1272 1490" data-label="Text"><p>Nome:..... Instituição:..... Endereço:..... Cidade:..... País:..... Código postal:.....</p></div> <div data-bbox="758 1678 1284 1747" data-label="Text"><p>Data:...../...../..... <div data-bbox="1102 1716 1239 1747" data-label="Text"><p>Assinatura</p></div></p></div>
--	--

✂-----Corte aqui-----✂



REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **- R A P -**

***ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA
PROFISSIONALISMO***

**VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS
SOBRE:**

- ***GESTÃO INTEGRADA DE PROGRAMAS PÚBLICOS***
- ***POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, SOCIAL, MEIO AMBIENTE ETC.***
- ***PROCESSO DECISÓRIO***
- ***GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS***

***VISITE A LIVRARIA DA FGV.
DISPOMOS DE NÚMEROS AVULSOS.***

INFORMAÇÕES E ASSINATURAS

***FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- E B A P -
PRAIA DE BOTAFOGO, 190 - 5º ANDAR
TEL. 536-9145
551-8051***

APRESENTAÇÃO

Durante o ano de 1995 iniciamos o Programa de Estudos e Pesquisas em **Reforma do Estado e Governança**, como parte das atividades da pós-graduação em Administração Pública da EBAP/FGV.

Com o objetivo de propiciar uma reflexão sistemática sobre diferentes aspectos da transformação atual do Estado, tal programa vem desenvolvendo um conjunto de pesquisas, teses de mestrado, oferecendo disciplinas nos **cursos de pós-graduação** e fomentando o debate sobre temas considerados estratégicos.

É neste sentido que se inserem as publicações dos números 79 e 80, dos Cadernos EBAP, resultantes de uma palestra sobre **Sistema Judiciário Brasileiro**, proferida pela Juíza Denise Frossard em 30/05/95, e uma mesa-redonda sobre **Reforma do Estado** composta por Lucia Hipólito, Pedro Celestino e Ronaldo Coutinho, realizada em 27/06/95.

Em ambos os eventos a profundidade da abordagem dada ao tema da Reforma do Estado e às condições de governança tornaram indispensáveis sua divulgação para a **comunidade de estudiosos** e implementadores de políticas públicas em que se constituem os leitores dos Cadernos EBAP.

Sonia Fleury

PALESTRA DA DRA. DENISE FROSSARD

EBAP-FGV

⇒ **Prof. Armando Cunha** - Há mais ou menos dois anos atrás, se não estou fazendo alguma confusão de dados, a juíza da 14ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro tomou uma decisão histórica que a tornou símbolo de coragem, de determinação e, em consequência, de afirmação do Poder Judiciário, numa sociedade que carece de bons exemplos emanados do Poder Público. Nós temos uma imensa satisfação e uma grande honra de receber a nossa convidada de hoje, Dra. Denise Frossard, que aceitou o convite da Escola Brasileira de Administração Pública para trazer as suas idéias, a sua experiência, sobre os atuais desafios do Poder Judiciário no Brasil. No final do ano passado, no mês de dezembro eu tive o privilégio de participar, junto com a juíza Denise Frossard e de outras pessoas, de um seminário, em Brasília, organizado por várias instituições, como o Instituto de Administração Pública, sediado na cidade de Nova Iorque, do USES, do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos, da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da União, que tratou das relações entre democracia, governabilidade e combate à corrupção. Naquela oportunidade discutiu-se muito sobre código de ética, instrumentos de combate à corrupção, responsabilidade da imprensa, participação do cidadão, organizações não-governamentais, instituições educacionais e reformas no Poder Judiciário. Tudo isso e mais a brilhante intervenção da juíza Denise Frossard num dos painéis do seminário, o que tratava das reformas no sistema processual penal brasileiro, abriu um

espaço, criou um clima para que trocássemos algumas idéias sobre os desafios que se colocam ao Poder Judiciário na atualidade brasileira. Lembro-me que na oportunidade mencionei que, em mais de 25 anos de Escola e de Fundação Getulio Vargas, não me recordava de registros sobre estudos ou sobre um projeto que essa instituição de quase 50 anos tenha feito junto ao Poder Judiciário. Para nós permanece como um mundo muito pouco conhecido. E, por outro lado, todos sabemos que a consolidação da democracia no país está fortemente associada à vitalização do Poder Judiciário. Daí, provoquei a juíza Frossard para que viesse a nós trazer as suas idéias. Essa oportunidade chegou, e ela aquiesceu prontamente ao nosso convite e aqui está para trazer sua contribuição à programação do Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola. E nós a recebemos com muito carinho. Passaria, imediatamente, a palavra à Professora Sônia Fleury para introduzir o tema e dar andamento aos nossos trabalhos.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Bom, em primeiro lugar, queria agradecer a presença da juíza Denise aqui conosco. Acho que é motivo de muita satisfação e orgulho para nós estar introduzindo essa discussão do Judiciário aqui na Escola e talvez até, como o Prof. Armando diz, na própria Fundação, tanto para os alunos quanto para os nossos colegas pesquisadores e alunos dos cursos de especialização que estão aqui conosco. Temos trabalhado a questão da política e da democracia no curso, tanto de Mestrado quanto de Especialização, através de duas disciplinas: uma delas de teoria de Estado, chamada *Estado e Sociedade*, e uma outra, mais recente, de política brasileira, denominada *Sistema Político Brasileiro*. Tanto do ponto de vista da teoria do Estado quanto da análise do Brasil, tangenciamos a questão da Justiça e, no entanto, não temos tido oportunidade de trabalhá-la mais

profundamente. E foi realmente muito feliz essa oportunidade do Prof. Armando ter feito esse contato e trazido a juíza, para que ela pudesse abrir esse horizonte para nós. Só para situar, então, em relação às discussões que temos - tanto numa disciplina quanto em outra - queria colocar algumas questões iniciais, bastante breves, sobre o problema da democratização e da Justiça, como nós queremos problematizá-la. No processo de democratização, acho que a principal descoberta que se faz é a necessidade de alguns formalismos, como dizia um texto que estudamos na semana passada, retomar essa discussão da importância dos formalismos para a democracia. É a partir dessa constatação que a Ciência Política retoma o conceito de Dal sobre a democracia, no qual a democracia, que ele chama poliarquia, é vista como um sistema político em que todos os cidadãos devem ter livre oportunidade de: 1/ - formular suas preferências; 2/ - expressar suas preferências aos outros cidadãos e ao governo, por meio de ações individuais e coletivas; 3/ - conseguir que as suas preferências tenham o mesmo peso diante do governo, ou seja, que não sejam discriminadas. Em resumo, essa definição nos fala da importância, tanto na transição quanto, fundamentalmente, na consolidação da democracia, do estabelecimento de um consenso processual em relação aos meios pelos quais os conflitos, as opiniões, as divergências vão transitar e poder ser negociados e pactados. Ou seja, a certeza em relação às regras do jogo e, fundamentalmente, a incerteza em relação aos resultados; isso caracterizaria a consolidação da democracia. Com esse objetivo, a Constituição de 1988 buscou fortalecer a idéia do equilíbrio de poderes. O Senador Marco Maciel (que também lemos em outro texto) fala que a Constituição buscou a equipotência dos poderes, dizendo que é um nome feio mas que seria isso, mais ou menos. Nesse sentido, com relação especificamente ao Judiciário, a preocupação era dotá-

lo de autonomia, por um lado, e, por outro lado, até de uma iniciativa própria, com a criação do Ministério Público, que independe da demanda dos outros dois poderes. Além dessas questões práticas do equilíbrio, há questões que estão mais ligadas à filosofia, ao princípio filosófico de ação de cada um dos poderes. Alguns autores mencionam que o princípio que fundamenta a ação do Legislativo e, de alguma forma, também, de um Executivo presidencialista seria o princípio dos direitos e obrigações da maioria, enquanto no sistema judiciário, os princípios que fundam sua ação são os direitos da cidadania, os direitos do indivíduo. Nesse sentido, entendemos que o processo de ampliação e conquista da cidadania é, necessariamente, um processo positivo de *jurisdificação* das relações de poder, ou seja, a *jurisdificação* das relações de poder é um pré-requisito da realização da cidadania; a condição sendo a própria autonomia do sistema judiciário. No entanto, o que a gente vê é que essa condição é necessária, mas não parece ser suficiente. As matérias jornalísticas que foram distribuídas como insumo para nossa discussão mostraram que ao tentar abrir a chamada caixa preta apresentava-se uma série de problemas em relação ao funcionamento do Judiciário. Fundamentalmente, esta conclusão partiu de uma pesquisa de opinião que mostrava a descrença da população em relação ao Judiciário e apontava um conjunto de outras dificuldades ou mazelas de seu funcionamento: a dependência em relação aos outros poderes, o corporativismo, o nepotismo, um processo de trabalho bastante atrasado, em relação às demandas atuais, uma desqualificação da formação básica dos advogados, com vagas que nem sequer são preenchidas, a morosidade e, mais do que a morosidade, as consequências da morosidade, que acabam beneficiando uma certa parcela da população, em detrimento de outra, além do fato de que a Justiça só aplica, basicamente, o Direito Penal na defesa da

propriedade. Da mesma forma, a linguagem da Justiça é inacessível à população, a solenidade com que a Justiça organiza suas práticas distancia-a das pessoas. Apontam, ainda, como problemas, a distância da cúpula do Judiciário dos juízes de primeira instância, que estão mais próximos da população, e um conjunto de legislação para as demandas atuais. E aparecia, no próprio noticiário, algumas possibilidades de soluções: ouvidos, os próprios membros do Judiciário apontavam para a necessidade de simplificação das leis, processuais, de decisões de tribunais superiores vinculados, de extensão do Estatuto da Magistratura a todo o sistema, de um direito alternativo com um enfoque mais social, do Ministério Público criando o seu próprio serviço de inteligência e dependendo menos das diligências; e há a matéria de alguns sociólogos também chamando a atenção para a necessidade de mudança de postura do Judiciário, ou seja, ao invés de ser uma função passiva de aplicação das leis, assumir uma posição mais ativa, que tente mediar conflitos, para chegar a acordos entre as partes, e até mesmo favorecer ou criar condições para que diligências sejam feitas, independentemente do próprio sistema policial, que nem sempre é eficiente nesse caso. E, fundamentalmente, a polêmica questão dos controles: tanto do controle interno do Judiciário quanto do controle externo, que estão aí na pauta. Ou seja, o que foi demonstrado nesse conjunto de matérias, ao abrir a caixa preta, foi uma crise da credibilidade, no sentido de que a lei não se aplicaria igualmente para todos. E eu termino, então, voltando à questão da relação entre o Judiciário e a democracia, retornando à discussão sobre o seu papel e seu princípio reitor, que seria a defesa dos direitos de cidadania. A cidadania é vista como integração igualitária na sociedade. Mas a justiça é apontada nessas matérias e pela própria população como perpetuando relações de subintegração das massas e sobre-integração das elites, no

sistema constitucional. Então me volta a discussão da democracia e do papel do Judiciário, no sentido que a definição de democracia, na forma como Dal a colocou, no sentido mais formalístico e processual, seria inadequada em uma sociedade com o nível de exclusão como o que nós temos no Brasil, já que esse próprio formalismo acaba por reificar a exclusão, ao invés de dar conta de estabelecer o exercício de igualdade da cidadania. Essas são as questões que queríamos colocar para ouvir da sua parte.

Drª. Denise Frossard - Professor Armando Cunha, é um prazer enormíssimo revê-lo, embora - eu tenha me surpreendido porque parecia outra pessoa: está de barba. Professora Sônia Fleury, foi um prazer enormíssimo conhecê-la hoje. E eu acho que não tenho mais nada a falar, a senhora falou. *(Risos)* A senhora colocou o tema aqui com muita propriedade e... enfim eu pouca coisa teria a dizer. Realmente, o Poder Judiciário é o poder mais silencioso e fechado no Estado brasileiro, eu diria, em todos os tempos. Optei, então, por fazer uma breve colocação, uma breve manifestação histórica do Poder Judiciário, no moldes em que o conhecemos hoje, para finalmente chegarmos ao Brasil, ao Poder Judiciário e o seu papel na consolidação da democracia. E assim, a primeira digressão que se impõe é aquela relativa ao exame dos reflexos preliminares da expressão democrática sobre um Estado enquanto órgão diretivo de uma sociedade. Sobre tal aspecto cabe rememorar o exemplo romano, onde a imperialidade do Executivo era mitigada pelas manifestações de aguda conveniência participativa do Senado, então proclamado como sede e verdadeira fonte do poder, já que, como diríamos hoje, era expressão da vontade popular, de onde todo poder deve emanar. Falamos aqui dos romanos, já que, enquanto reminiscências anteriores de outras civilizações marcantes, não encontramos, com a precisão necessária, o perfil que se busca do aparelho estatal, notadamente, no arremedo da

divisão de funções entre órgãos ditos diretivos. Neste sentido temos ainda o militarismo macedônico, a teocracia hebraica, as abstrações utópicas do universo artístico ateniense, entre tantos outros de menor expressão. Sem que se pretenda aqui tangenciar um necessário academicismo, que informaria uma visão mais aprofundada deste universo, sob a ótica da teoria geral do Estado, busca-se uma visão mais crítica da idéia que informava o sistema, e não os reflexos da sua aplicação prática. E isto, eu repiso aqui, sem qualquer compromisso com a erudição ou com o esgotamento da matéria. A partir disto vimos que, como não poderia deixar de ser, numa visão consciente e acurada, o que mede a propulsão no desenvolvimento dos paradigmas de estruturação do controle social é a maior ou menor expressão da liberdade de comunicação de idéias culturalmente estabelecidas. Isto porque aquele germe romano de estruturação estatal passou, a nosso ver, a se firmar como um modelo a ser seguido, com as alterações que a discricionariedade histórica do poder determinava como necessárias. Vemos que aí a distribuição de justiça se fazia pelo pretor, símbolo da autoridade imperial, fixando-se antes como uma descentralização administrativa da autoridade maior do Executivo; sendo que o cargo ocupado pelo pretor, como infelizmente passou a ser copiado desde então, passava a interessar muito mais como um degrau na escala de ascensão ao poder central do que na sua pretendida atuação de cunho equânime em si mesma. Trata-se aí de um arremedo de Judiciário. Embrião que mereceria ser criticamente lembrado em turvas eras de obscurantismo institucional do universo político por fator explicitamente mais determinante da realidade, embora em cadência sutilmente marcada pelos solfejos econômicos de base estrutural. Mas o arquétipo institucional romano não morreu. O chamado desdobramento bicareal daquela estrutura imperial salvou-o, garantindo-lhe

até uma sobrevida, já que essa expressão do poder contentava-se sabiamente, diga-se, com a retenção do conhecimento, gerando uma época de enciclopedistas e de compilação de tudo o que a experiência sistematizada havia conseguido reter, numa decantação sutil, sem o arfar das vaidades diretivas personalizadas. Enquanto isso, a futilidade do esforço imperialista de várias ordens e raças se superpunham ou se revezavam entre si, numa eloqüente demonstração do que sempre nos esquecemos, ou seja, o quão efêmeras sempre demonstram ser as megalomanias de dominação. Perfeitamente adaptada a essa dimensão e especificamente consciente do que representava na transposição do umbral da evolução da raça humana, diante da ignorância coletiva daquela média idade nos domínios da fé, vislumbramos Justiniano, artífice fundamental da estrutura moderna do Direito. Isto porque da adaptação do seu legado chegamos às bases inconscientemente revividas, e isto é muito importante, da aquisição, da perda e da preservação dos direitos de cada cidadão durante o seu dia-a-dia e na prática dos seus atos mais rotineiros. A este respeito a obra dos pandecistas poderia falar um pouco mais e por si mesma. Toda a transformação deste estagnado universo teve a sua florescência na transformação da dimensão econômica, com a celebração da importância dos burgos, os quais não foram suficientes para guardarem em si a inquietação do espírito inovador do ser humano. De forma que o ser humano encontrou um festejado e preponderante reflexo nas grandes navegações e descobertas. Mas infelizmente, aí, a ganância material falou mais forte, já que o extrativismo predador surgia solerta e dissimulado no âmago do mercantilismo, expressão prática e desvirtuada desta pretendida evolução. Mas nada disso poderia acontecer ou ter sentido não fosse a fixação de novos padrões de ideação e comportamento estabelecidos a partir do que de mais

contundente, profundo e expressivo já inspirou a busca do homem pela perfeição: refiro-me aqui ao Renascimento. Mas considerando-se tantas modificações que desfiguraram o perfil do corpo social, ansiava-se pela construção de um novo modelo estatal. A Europa foi o seu berço. Sempre considerando-se para tanto as grandes potências militares. Pena, digo eu aí, que no seu aspecto filosófico mais puro sempre se entendeu por bem de se privilegiar mais a visão de Rousseau do contratualismo do que a agudeza tão precisa, e eudiria, por que não dizer, incômoda, na análise do espelho de si mesma, no tocante ao Leviatan de Hobbes. Ainda do velho regime, do *ancien régime*, o comprometimento do exercício de pretensa jurisdição se fazia mais uma vez evidente, a partir do atrelamento dos interesses decisórios, resguardados pela sua proximidade com as ansiedades críticas do poder executivo central. Surge, então, o Liberalismo, enquanto movimento de reflexos tentaculares, sobre as mais diversas medidas de comportamento do grupamento humano. O Iluminismo e as instâncias teóricas de Montesquieu transpuseram-nos, em termos de recriação de alicerces estatais, para o protótipo tripartite do exercício de poder, nas conhecidas e atuais três funções: Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre, repetidamente, harmônicas e independentes. Verifica-se, assim, que o nascimento do Judiciário, enquanto estrutura possível de ser chamada como tal, com a dignidade, a independência e a equidistância de interesses que caracteriza a verdadeira majestade dessa função, coincide com a libertação do grito abafado na garganta do indivíduo, até então sempre sem chances contra o coletivo. Refiro-me ao surgimento do conceito dinâmico de cidadania, que necessita do magistrado para garantir sua eficácia, sua sobrevivência e sua credibilidade, até porque aplicador e guardião maior do pacto social primordial, consubstanciado nas constituições modernas, onde a

preocupação maior, como só pode acontecer, é o reguardo protetivo das
faculdades individuais diante de propaladas necessidades coletivas; sem
que se veja aí mero e simplório paternalismo, já que os mais poderosos, nos
preponderantes universos econômicos e políticos, sempre buscam se utilizar
desse artifício para mutilar sistemas mais progressistamente aperfeiçoados.
No Brasil não poderia ser diferente. Recorremos à lembrança parcimoniosa
do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, que na
agudeza da crise institucional, logo no início do recrudescimento do golpe
militar, e recusando-se a funcionar, juntamente com seus pares, como uma
seção especial de Justiça, na melhor acepção descritiva de Costa Gravas,
procurou a truculência uniformizada de plantão e disse-lhe que aquela Corte
não funcionaria como títere de justificação do sistema, legitimando seus atos
arbitrários e espúrios, culminando por fazer ao mesmo a entrega das chaves
do substrato físico de existência e de funcionamento daquela Corte. Na
seqüência, vimos a impossibilidade de coexistência pacífica entre um
Judiciário independente e garantidor da observância das liberdades e
garantias individuais com o regime de exceção e arbítrio. As fisões, pouco
menos que nucleares, derivadas da irredutibilidade das posições envolvidas
geraram, como sempre acontece nesses casos, a preponderância do mais
forte sobre o mais fraco, com a disponibilidade compulsória dos ministros de
maior expressão daquela casa, entre os quais, permito-me relembrar, porque
figura mais expressiva deste confronto e símbolo de sacerdótica abnegação
ao ideal de justiça, o ministro Vitor Nunes Leal, em face de quem não posso
deixar de omitir o meu orgulho porque meu conterrâneo e pessoa com quem
privei do contato em tenra e pueril idade. Não podia deixar de ser um
exemplo a ser seguido. Mas acreditar não é só preciso, como também é
imprescindível. Precisamos e ansiamos por sermos convencidos disto.

Afinal, como já dizia o mais célebre dos gregos, Sócrates, embora tudo possa ser feito em razão da força, são melhores e mais definitivos os resultados quando se faz por convicção. A saudável lembrança a respeito nos vem, como convém recordar, da proposição feita por tal filósofo aos generais conquistadores que tinham ordem para levá-lo, a qualquer custo, para sua metrópole, sendo, então, convocados por Sócrates para que o convencessem da conveniência e da necessidade disso, ou, então, que lhe dessem a oportunidade de convencê-los do contrário. Afastadas essas minhas gratas reminiscências quanto ao ministro Vitor Nunes Leal, que apenas atribuíram um paladar mais afetivo e pessoal ao tema, mas com o qual tem toda pertinência, vejo a necessidade de afirmar enfaticamente, porém com singeleza, que o tema proposto guarda uma tautologia intrínseca, ou seja, quanto ao Judiciário e ao Estado democrático observa-se que um não existe, na sua plenitude, sem o outro. São siameses. No Brasil de hoje, o Poder Judiciário, não se pode olvidar isto, é um dos responsáveis pelo salutar e imprescindível recrudescimento do espírito de cidadania. Leis existem, aliás, em excesso e em constante conflito em seu conteúdo, o que contribui para a confusão dos seus intérpretes mais privilegiados. No entanto, é possível se observar o papel intransferível do Judiciário, natural e único intérprete legitimado do sistema legal, em canalizar o inconformismo da sociedade e o anseio de mudança e modernização nos seus mecanismos institucionais, a partir de sua função constitucional de composição do conflito de interesses, reclamando modificações em vetustos códigos. Até porque, em se tratando das vertentes mais importantes do Direito, tem-se ainda vigente na dimensão material das normas um estatuto quase octagenário, que é o nosso Código Civil, e um outro com apenas um quarto de século de diferença, que é o Código Penal. Eu diria até que, naturalmente, não foi por falta de tempo

que essas modificações não se operaram ainda no seu foro legítimo, lá no Legislativo. O descompasso institucional da sociedade tem sede conhecida sim, já que, como só deve acontecer nestas circunstâncias, é de indagar-se: a quem interessa a manutenção em vigência de legislações ultrapassadas, que recebem emendas desordenadas e sem o mínimo de conhecimento da técnica jurídica adequada para a sua formulação, acabando por sepultar o necessário espírito de justiça adormecida na lei? A resposta, além de simples, parece-me óbvia: tal quadro facilita a eternização de grupos no poder, como se observa de magníficos e universais exemplos históricos de abrangência mundial, em face dos quais não somos exceção. Observem que, inteligentemente tais grupos se alternam no exercício do poder explícito até onde a vista e a memória alcançam, sem que possuam, isso é importante, qualquer característica de vitaliciedade nos seus cargos, sendo certo que também nunca são alcançados por um aposentadoria compulsória. Nesta ótica um pouco mais consciente, para alguns, digamos, sublevada, é possível de se constatar que a hegemonia de tanto poder, com a eternização do cíclico rodízio dos integrantes desse grupo no seu exercício, passa, necessariamente, pelo amordaçamento, em idos mais longínquos, num passado sofridamente recente, e pelo desvirtuamento, visando a respectiva desmoralização, em tempos mais atuais, daquelas instituições que reclamam pela modernização da sociedade, a partir do único meio eficaz para isso, ou seja, a alteração completa e eficaz do sistema legal. O Poder Judiciário, enquanto uma das instituições que reclamam pela modernização referida, sofre a ação do grupo de poder no sentido de, de tempos em tempos, ser escolhido como alvo preferencial numa eleição, aliás, indireta, do exercício de vilania junto à sociedade. Como já se viu em passado sofridamente recente e aqui já referido, não por acaso que durante regimes ditatoriais ou de força,

caracteristicamente, é o Poder Judiciário imediata e violentamente tolhido, em razão do medo que inspira no sistema o potencial revolucionário, muitas vezes até sem que seja essencialmente político, mas enquanto mero aplicador da lei, ou melhor, de legislação ultrapassada, desigual e discriminatória, porque é a legislação que temos, é essa, é o retrato da nossa legislação. O Judiciário sofre de males crônicos, derivados do seu atrelamento financeiro e orçamentário do Executivo, dentre outros problemas de igual envergadura, além de ~~não possuir o aparelho humano e material condigno com a~~ magnitude de suas funções, suporte basilar do equilíbrio social e fiador do espírito de aplicador da justiça. Para tanto basta se determinar a proporção nacional envolvendo o número de juizes em contraste com o número de habitantes, destinatários diretos de potencial prestação jurisdicional, além de igualmente insuficiente número de serventuários. Tudo isso sem falar nas precárias e muitas vezes acanhadas instalações de trabalho. Só para... meramente como uma informação, nós somos hoje, no Brasil, em torno de dez mil magistrados, e a nossa população é de 150 milhões de pessoas. É risível. Pode haver democracia? Não. A alardeada autonomia orçamentária do Judiciário ainda é uma lenda, pois não raras são as vezes em que, diante da insuficiência gritante de recursos recebidos, volta este Poder a bater à porta do Executivo, com o pires na mão, após, com muito custo, ter quase que suplicado ao Legislativo pela aprovação de dispositivo legal autorizativo. Aqui cabe uma observação também, que aliás é um drama que tenho vivido agora, numa outra justiça, esta federal, que é o Tribunal Regional Eleitoral, onde estou agora também, acumulando as funções, e tive a triste informação de que o Congresso reduziu pela metade a nossa verba. Foi para 200 e poucos milhões para o Brasil todo. É impossível informatizar uma eleição com isto. Estou saindo, quinta-feira, às minhas próprias

expensas, vou passar férias nos Estados Unidos, e vou aproveitar as minhas férias para ver se consigo junto a ONU alguma verba, que eles destinam a democracias emergentes que desejam fazer eleições limpas. Não se quer nada não, queremos ser cidadãos, só isso. Então eu vou, do meu próprio bolso, subtrair parte das minhas férias, com o pires na mão, para ver se consigo uma verba da ONU, porque aqui não temos. Ao contrário, a que tínhamos foi reduzida à metade. Mas a defasagem e a inadequação virtual da legislação não são o único atrelamento filosófico deste poder, o qual, num arremedo de contrafação de segunda categoria do sistema judiciário norteamericano, tem os seus ministros de tribunais superiores indicados exclusivamente pelo Poder Executivo federal. Por favor, não se trata aqui de uma crítica àqueles eminentes integrantes daqueles colegiados, os quais conquistaram o espaço que ocupam por inegáveis méritos pessoais entretanto, não há como se negar que a carreira do magistrado encerra-se, sem a interveniência do Executivo, no máximo no segundo grau de jurisdição, ou seja, como desembargador, na esfera estadual. Não se tem notícia aqui no Brasil da rejeição, pelo Senado federal, de qualquer indicação do presidente da República, nem muito menos que os integrantes da Câmara Alta venham a sabatar, com a necessária profundidade, os indicados para tão honrosa função, como, aliás, acontece de onde foi copiado tal modelo. A lentidão na prestação jurisdicional, sabe-se, é derivada não só das dificuldades estruturais já acima consignantes, no que se refere às condições materiais de atuação, como também pela crônica ineficiência e habitual impontualidade dos órgãos do Poder Executivo, notadamente aqueles que executam funções técnicas, no atendimento a contento e no prazo legal dos serviços que exercem, imprescindíveis ao sentenciamento dos processos. Principalmente, na área criminal. Não se pode sentenciar um processo sem

uma folha de antecedentes criminais. Não se pode julgar sem um laudo técnico oficial. E isto tudo pertence ao Poder Executivo. São os órgãos da Polícia Judiciária. E esta nunca nos envia. Reiteradamente, tenho mandado o meu oficial de justiça, um só que eu tenho, veja, é vergonhoso isso, mas é verdade, intimar, sob pena de ser preso, o Diretor do ICCE, o Diretor do Instituto Félix Pacheco, porque o réu está preso e, se eu não sentenciar naquele prazo, tenho que colocá-lo na rua. Meu Deus! Às vezes são seqüestradores perigosos. Às vezes, já estou convencida de que vou condená-los, mas preciso da folha de antecedentes penais. Até porque, se ele tiver outros antecedentes, a pena se agrava. E isso nunca é enviado. Eles também têm os problemas deles, é bem verdade, mas que façam alguma coisa. Não posso me preocupar com os problemas do Executivo. Cada um tem que ficar na sua área de atuação e nela melhorar. De modo que... Outro aspecto, a criação dos juizados especiais e de pequenas causas, que muito desafogaria as varas comuns, esbarra, mais uma vez, na ausência de uma legislação mais dirigida e adequada às peculiaridades dessa atuação judicial. A Constituição de 88, aqui cabe uma explicação, criou os juizados especiais e de pequenas causas. Mas veja, nós somos um Estado federalista atípico porque, na verdade, nós somos um Estado unitário. A nossa legislação toda de processo é federal, não é verdade? A legislação penal, civil, toda ela é federal, quer dizer, nós não temos aí nenhum espírito federativo. Somos uma federação apenas no nome. De modo que a Constituição criou os juizados especiais e os juizados de pequenas causas, mas acontece que o Estado não pode legislar sobre processo. É da competência exclusiva da União legislar sobre processo. Então, a Constituição criou e nós só podemos implementar o juizado de pequenas causas na área civil. Por que? Porque na área civil nós lidamos com interesses disponíveis: são contratos, enfim, pode se fazer

acordo. Mas na área criminal, nós não podemos instalar validamente, porque nós não podemos legislar sobre o processo. E qual vai ser o rito desse juizado para delitos de pequenas ofensas? Quem tem que dizer qual é o rito é a União, no sistema vigente. Então, por isso é que não temos implantado nenhum juizado de delito de pequena ofensa. E são os delitos que mais incomodam ao cidadão no seu dia-a-dia: é um delito de circulação, é um pequeno furto no meio rua, é o cidadão no seu ir-e-vir que é incomodado diuturnamente, e isso vai lá para a justiça comum, às varas tradicionais, um rito, conforme eu já disse, ele tem 55 anos ... Eu não estou dizendo que não é bom, mas precisa de algumas adequações. Então, veja bem, cai naquelas varas comuns, eu diria, na vara comum também, não é, e ali segue aquele rito pesado, e o juiz não pode fazer nada porque é um prisioneiro do pedido. Eu não sei se os senhores sabem, o juiz, no Brasil, ele não pode se levantar da sua cadeira. Ele só pode sair da sua cadeira quando a lei determina. E para ele sair, o ato, quando ele sai, toma o pomposo nome de inspeção judicial, e tem que ser contraditório, ou seja, o juiz sai acompanhando a defesa e o Ministério Público. Avisa previamente que vai ao local onde incidirá a inspeção judicial. E ele sai acompanhado das partes. E lá, ele inspeciona, e lavra-se um termo. É muito raro um juiz sair da sua cadeira, porque a jurisdição é inerte: o juiz só age quando provocado. Eu diria aqui também, apenas como complemento, que há outras coisas sobre tal aspecto de mudança de legislação, adequada, naturalmente, feita por técnicos. Nós temos, por exemplo, uma Polícia Judiciária, que é aquela que os senhores conhecem como Polícia Civil, que aqui no Rio de Janeiro tem problemas seríssimos. Acredito que todo mundo aqui já tenha passado pelo menos uma vez numa delegacia de polícia, já tenha entrado, e tenha saído horrorizado, naturalmente. É, todo mundo já entrou aqui numa delegacia de polícia. Pois

bem. Ali é feito um inquisitório, sem presença de advogado, sem nada. Isso é odioso. E esse serviço, porque os juízes não têm confiança na Polícia, é repetido em juízo. Então são dois trabalhos. É uma perda de tempo e de dinheiro. Nós temos 40 delegacias distritais no Rio de Janeiro. Poderiam se transformar em 40 juizados de instrução e julgamento, ali funcionando um juiz, um promotor e um defensor público. Os delitos de pequenas ofensas, os pequenos delitos já iriam direto para ali e ali mesmo já se produziria a sentença. Em 20 dias daria para fazer isso. O delegado iria investigar? Sim, continuaria investigando, sob as ordens do Ministério Público, que é o dono da ação penal. Eu não estou dizendo que o Ministério Público ia sair em diligência. Não. Mas o Ministério Público iria dizer à Polícia o que é que ele, Ministério Público, precisa de provas para se chegar a um bom termo, seja absolutório, seja condenatório, num processo criminal. E o juiz já estaria ali para julgar. Eu fiz os cálculos dessa alteração. Isso não implicaria gastos exorbitantes. Enfim, há muito o que se fazer no sentido do aprimoramento da prestação jurisdicional. Essa imprescindível consolidação democrática, enquanto cooperação honesta, sincera e harmônica entre os poderes constitucionalmente consagrados, desde que o Executivo e o Legislativo possibilitem o aparelhamento e o funcionamento adequado do Judiciário, resguardando-se a autonomia funcional dos seus membros, será possível. A melhora será palpável na prestação jurisdicional, bem como na realização desta em prazos menores e mais condizentes com a ânsia de justiça do povo. Para tanto cabe uma conscientização maior da população que, ao retomar as características mais participativas da cidadania, mais poderá pugnar, em movimentos legítimos, pela reformulação necessária daqueles aspectos. Daí, deixo a derradeira reflexão: a busca da consolidação democrática se faz através da maximização da cidadania, que se consubstancia na consequência

direta do status libertatis e da preservação das garantias individuais, sempre presentes no ser humano, independentemente de ideologia, modelos econômico, político e social, mas que só encontra a sua plenitude sob o olhar atento do Poder Judiciário. Perdoem-me o excesso. (*Aplausos*)

⇒ **Prof. José Murilo de Carvalho** - Eu cumprimento a juíza pela sua palestra e teria apenas uma pergunta. A professora Sônia, na introdução, tendo matéria de jornal, reportagem de jornal e resultados de pesquisas de opinião pública, fez um pouco um libelo acusatório contra o Judiciário. A juíza, em sua palestra, absolveu o Judiciário e transferiu a culpa para o Executivo e o Legislativo. A minha pergunta é: não haveria nada que o Judiciário pudesse fazer, por iniciativa própria, para aliviar esses defeitos óbvios que constatamos nesse Poder?

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Professor José Murilo, muito obrigada pela pergunta. Eu acompanhei atentamente esta pesquisa publicada em partes no *Jornal do Brasil*. Foi uma das coisas mais saudáveis que se fez nos últimos tempos neste país. Foi uma pesquisa, pode-se até discutir a metodologia dessa pesquisa, que eu não vou discutir, mas é uma matéria séria, isenta e de leitura obrigatória. E o que de melhor esta pesquisa causou no Judiciário foi o seguinte: nós, no Brasil, não estamos acostumados ao debate e à crítica, então, quando veio essa crítica séria, porque foi séria, isenta, não se viu naquela reportagem, em momento algum, nenhuma tendência, nenhum sentimento de tendência, de modo que isso provocou uma revolução no Judiciário. Isto aqui eu vou confessar cá para nós um, como diria o meu conterrâneo Tancredo, só para nós aqui e para o gravador. (Ri) E para a

câmera, é. Eu estou perdida. (Ri) Inclusive, eu vim da Bahia quinta-feira e a revolução é total. O Judiciário se viu numa situação de autocrítica. E isto é ótimo! Isto foi das melhores coisas que aconteceu nos últimos tempos. Veja, quando eu me refiro à culpa do Legislativo e do Executivo, esperava que viesse essa pergunta, por isso eu deixei para o debate, para que pudesse fazer a minha autocrítica. Por isso eu agradeço ao senhor, Prof. Murilo. O Judiciário tem feito, tem envidado tímidos esforços para a alteração da legislação. Como um poder inerte que nós somos, nós não temos... digamos assim, nós somos um poder silencioso e não temos aquela... como eu direi?... aquela desenvoltura do Legislativo e do Executivo, que colocam as suas necessidades; nós pugnamos por legislações, mas nós também somos culpados, porque há 80 anos a legislação está como está e nós dizemos: não podemos, mas também não fazemos nada. Outro dia, cobrei de um deputado que ele entrasse no gabinete de um juiz e dissesse: escuta, é muito simples, eu fiz esse projeto de lei aqui, vê se isso dá para aplicar. É simples. Isso dá para aplicar? O juiz olha e diz: não. Este é outro erro nosso. Com medo de nos tornarmos suspeitos por alguma coisa, nós não recebemos; o juiz não fala, o juiz só fala nos autos. Agora tem mudado um pouco isso. É claro que ele só fala nos autos quando é uma questão processual, quando ele está julgando alguém. Mas eu acho que ele tem que participar sim. E aí vai o mea culpa: nós não participamos. Eu tenho um amigo que é um jornalista político e cujo grande ponto no seu currículo foi ter sido aluno da professora Alzira, de modo que ele me dizia o seguinte: "Denise, eu sou jornalista há 25 anos e eu nunca estive no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça." Realmente, eu conversava, a professora Alzira me disse, no dia em que eu tive o prazer de conhecê-la, e estou revendo agora, com muito prazer também, ela me disse: "Mas não há na Fundação Getulio Vargas nada sobre

o Judiciário, a sua memória." Olha, nem nós temos. É verdade. Então, nós vamos andar, Prof. José Murilo, quando a cidadania exigir que nós o façamos. Ou seja, nós, na verdade, andamos a reboque dos cidadãos. É preciso cobrar sim, porque senão nós nos aquietamos. Então, a cidadania tem que cobrar; este é um papel importante das ONG; são ótimas essas organizações não-governamentais. Vai lá e começa a ver: como é que está o orçamento do Judiciário? Como é que o Judiciário está, o tempo que ele leva para dar uma decisão judicial? Eu gostaria de dizer aos senhores aqui, apenas como um dado, talvez não saibam, mas existe a Justiça Federal, no Rio de Janeiro, que só cuida das causas em que a União for parte, a competência dela é exclusivamente esta. Pois bem. A Justiça Federal, no Rio de Janeiro, dadas as incúrias dos últimos governos aí e principalmente desses planos mirabolantes de confisco, isso, aquilo, aquilo outro, as pessoas se sentem lesadas com isso e vão bater às portas de onde? Do Judiciário. É natural. Mas o Judiciário Federal, no caso, não estava preparado, como não está, então, hoje, talvez os senhores não saibam disso, mas a Justiça Federal - eu não tenho aqui procuração para falar pelo Judiciário, eu não represento o Judiciário, mas trazendo alguns dados, a Justiça Federal, hoje, tem, para cada juiz, no Rio de Janeiro, de 15 a 17 mil processos. Então os juízes jamais vão julgar o mérito dessas ações. E o que fazem os juízes, na ânsia de dar a justiça? Antecipam medidas liminares... Aí, alguém diz: é um indústria das liminares. Não, não é não. O juiz vê a fumaça do bom Direito, ele vê o cheiro do bom Direito, ele sabe que, humanamente, nem que ele tivesse sete vidas, como os gatos, ele conseguiria julgar aquilo, porque ele tem 17 mil processos. Então, o que é que ele faz? Ele dá a liminar. E com isso ele faz justiça por pau e por pedras. Mas é a forma que se tem. Agora, eu pergunto: por que é que o Judiciário Federal tem 17 mil processos para cada juiz? Porque o Executivo

faz, desculpe, o termo só pode ser este, besteiras. Descumpre a lei. De modo que as nossas mazelas, Prof. Murilo, eu poderia ficar aqui o dia inteiro e a noite inteira contando para o senhor. O *mea culpa*. Nós fomos pusilânimes muito tempo, nós nos aquietamos muito tempo nessa inércia, o Poder Judiciário e a inércia, e nós fomos necrosando também. E durante esse período que se diz revolucionário, aí é que nós não éramos chamados para nada mesmo, nós fomos aniquilados, de forma que o Judiciário está renascendo agora. Espero que os cidadãos nos cobrem. E eu espero também que os juízes tenham mais oportunidade de colocar as suas necessidades e que lutem mais, também, para que as suas necessidades sejam atendidas, resguardadas, naturalmente, as nossas limitações no Brasil como um país pobre. Desculpa. Ficou um tratado. *(Risos)*

⇒ **Faud Zamosso** - A respeito dessa pesquisa publicada no *Jornal do Brasil*, o jornalista Zuenir Ventura, num artigo, faz uma relação muito interessante entre a Imprensa e a Justiça. Alguma coisa que serve, de um lado, para a Justiça, também serve para a Imprensa. Eu gostaria de colocar o seguinte para a senhora: dentro desse ponto de vista, há um princípio ético que manda a imprensa julgar somente o que está dentro dos autos, ao contrário, no ponto de vista do jornalista, a imprensa tem uma ânsia de buscar aquilo que não está nos autos; e muitas vezes, enquanto um cochila na mira da arma, o outro não se preocupa em errar o tiro. Eu gostaria que a senhora analisasse a independência do juiz em relação à mídia. Como a gente pode ver hoje, por exemplo, o caso do O. J. Simpson, nos Estados Unidos.

⇒ **Dra. Denise Frossard** - É, realmente, os princípios que informam o julgamento judicial, o sentenciamento e os princípios que informam a

manifestação jornalística são distintos, mas têm pontos em comum. O juiz julga de acordo com os autos, com as provas, e muitas vezes elas não chegam a contento e um indivíduo que é notoriamente, sobejamente conhecido como um criminoso de colarinho branco, quadrilheiro ou exterminador acaba indo para a rua. Falhas na instrução do processo? Pode ser. Uma certa desídia "...ah, isso não vai dar em nada mesmo". Veja, eu não diria que o jornalista tem o dever de informar. Nós temos o direito de sermos bem e honestamente informados. O jornalista não tem o direito de escrever o que quer, não. Nós é que temos o direito de sermos bem e honestamente informados. De modo que cunhou-se no Brasil uma expressão chamada linchamento moral, não é. Inverteu-se a posição. O Judiciário, quieto na sua posição, o que vem, nós examinamos, se não vier a contento, em caso de dúvida, absolvemos, e não fazemos nada. A sociedade, através da imprensa, começou, então, a pressionar, exercendo o linchamento moral; sabendo que aquilo era fadado a um resultado que não vinha ao encontro dos anseios da sociedade, vinha a imprensa e linchava. Criou-se, então, o denunciismo, que é igualmente perigoso. É preciso informar. É claro que não se vai esperar que o jornalista tenha todas aquelas provas que o juiz precisará ter para condenar ou absolver, mas ele pode perfeitamente bem noticiar o fato honestamente, eticamente, não é verdade? Isto em relação ao juiz. Não vejo isto como possível de sensibilizar o juiz. Não. O juiz julga muito pelos autos, esse é o adestramento dele. Não há de ser uma matéria no jornal que vai alterar a posição do juiz. Até porque ele tem o comprometimento com a fundamentação, ele tem que dar as suas razões de fato e de direito porque chega àquilo. Então, eu não vejo essa matéria de imprensa, no nosso sistema, onde os processos são julgados pelo juiz togado, eu não vejo nenhuma importância. Mas, como foi citado o caso O. J. Simpson, diria que aí vejo,

porque no sistema anglo-saxão não há o julgamento pelo órgão togado, pelo magistrado, pelo técnico, o julgamento é feito pelos jurados. Aí acredito que possa haver uma influência sim. Aqui no Brasil, nós só temos exemplo disso nos tribunais do júri, ou seja, os crimes contra a vida, homicídio, infanticídio, aborto, induzimento ao suicídio e suas tentativas, são julgados por um tribunal do júri; o juiz não julga, apenas preside. Aí eu vejo um certo risco sim. Não vejo risco para o juiz togado. Não. Para o técnico, não. Mas quando se trata de tribunal do júri, acho que a manifestação da imprensa, como acontece no caso O. J. Simpson, é uma coisa questionável. Indaga-se: isto poderá influir? Se positivo, de que forma poderá influir na consciência dos jurados? Conheço jurados americanos. Geralmente são bons. Eles fazem isso há 200 anos. Isso é matéria que se ensina no curso primário. Qualquer criança do curso primário já aprende a julgar, porque será um cidadão jurado assim que tiver alguma idade. De modo que eu não sei se isso teria um reflexo negativo na consciência dos jurados americanos. No Brasil, afirmo que sim, porque nós não temos essa tradição do cidadão julgador. De modo que é essa a colocação que faço. Espero que tenha respondido a sua pergunta.

⇒ **Mônica, do jornal A Tribuna da Imprensa** - Fala-se muito em controle externo do Judiciário. Eu queria saber se a senhora é a favor ou contra. No caso de ser a favor, como é que se daria esse controle externo? Isso é uma pergunta. Outra pergunta é em relação à greve dos petroleiros. A senhora não acha que o Judiciário, no caso, teve uma atuação política demais nesse episódio?

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Mônica, obrigada pela sua pergunta. O controle externo do Judiciário vem sendo debatido. O Ministro Jobim é favorável ao

controle. As posições, igualmente respeitáveis, se dividem entre pró e contra. Ambas são igualmente respeitáveis e jurídicas. Apenas ressalto alguns pontos. Do que disse aqui, ficou bastante claro que fala-se em controle externo do Judiciário, mas até hoje não se sabe como seria esse controle. Seria o quê? Seria um órgão composto de segmentos da sociedade que iriam controlar o quê, em primeiro lugar? Ah, não, é a atividade meramente administrativa do juiz, em quanto tempo ele dá a sentença etc. e tal. Sim. Mas indago: qual seria a legitimidade dos integrantes deste conselho? Não seria uma porta para se controlar as consciências? É muito perigoso. Veja bem. Estabeleço um paralelo aqui com a quebra da imunidade parlamentar. É claro que sou favorável à quebra da imunidade. Mas veja, não a imunidade do parlamentar lá na tribuna. Ele é inviolável e tem que ser. Agora, um sujeito que pratica um homicídio não ir a julgamento, isso é impunidade. Então, o que é que acontece? O deputado é equiparável... Quem é que não responde perante a justiça criminal? É muito simples: os loucos, os menores e os silvícolas, quando não aculturados. E os deputados. (Risos) É preciso acabar com essa constrangedora coincidência, não é verdade? Então, veja bem, é muito difícil colocar contra ou a favor, sabe, Mônica. Eu diria o seguinte: é preciso estabelecer alguma coisa. Vamos pensar. O Judiciário, eu não sei, confesso. Não sei como está, por exemplo, o Judiciário de Arapiraca. Eu não tenho nada contra Arapiraca, veja bem, mas eu não sei. Eu não sei como é que se faz a Justiça em Manaus, quais os problemas que tem a Justiça de Manaus. Eu não sei. Ou que tipo de carência sofre um juiz do Amazonas, por exemplo, lá em São Gabriel. Sei lá, ele leva três dias de barco para chegar na comarca dele. O meio de transporte dele é um barco. O que é que deve passar esse juiz lá? Então é preciso, realmente, de um órgão que veja isso a nível nacional. Eu acho que precisa sim, sabe. Mas eu não diria que seria um

controle externo, não. Geralmente, isso abordo aqui, quando me refiro, quando um poder começa a andar um pouco, se manifestar democraticamente, é o guardião das garantias individuais, ah, vem um controle em cima. De repente, ah, vamos acabar com a imunidade dos parlamentares. Não é assim, não é. Vamos ter uma temperança, vamos examinar essas questões, isto não é brincadeira. Constituição é coisa séria, não é, e eu não tenho visto qualquer seriedade nas propostas que foram colocadas. À exceção daquela de um Conselho da Magistratura a nível nacional, aliás, nos moldes do que existe na Itália, o que possibilitou aos juízes uma atuação que foi ao encontro da cidadania, naquilo que se conhece como operação “mãos limpas”. Há um Conselho da Magistratura, na Itália, que é formado de dois terços de magistrados eleitos pela classe e um terço tirado, eu diria assim, entre professores universitários titulares (eu ia dizer catedráticos, mas isso é muito antigo, não existe mais), que vão oxigenar esse Conselho. Como na Itália, por exemplo. Parece-me razoável. Mas não tenho visto nesse sentido. Parece que não é isso que querem. Querem um conselho onde aqueles que submetem as suas questões perante o juiz, advogados e tal, seriam os legitimados. Ora, digam-me uma coisa, eu me lembro que num processo razoavelmente recente aí, eu tinha, por dia, que responder a 15 *habeas corpus*, e argüiram a minha suspeição *n* vezes etc. etc. Se eu tivesse um conselho formado por esses advogados, evidentemente já estaria com a cabeça decapitada. Acho que nada que mereça esta truculência de um controle externo que, na imprensa, seria a censura prévia, parece-me, não é. É proponer um controle... ah, vamos proponer um controle externo da imprensa, porque a imprensa comete excessos. Comete? Comete. Mas algo que justifique um controle externo da imprensa? Não. Por que? Porque a única forma de controlar a imprensa seira a odiosa censura prévia, o que não pode

sequer ser cogitado, não é verdade? De modo que vamos fazer alguma coisa sim, uma cooperação honesta, um conselho da magistratura saudável, mas vamos examinar isso com cuidado, para que não se venha, por portas dissimuladas, controlar as consciências dos juízes. E a última questão sobre os petroleiros, se o Judiciário não agiu politicamente. Olha, o Judiciário agiu. Eu não vou comentar aqui uma decisão do Judiciário. Mas a Justiça obreira... Posso colocar uma posição minha. Sou contra essas justiças especiais. Parece tribunal de exceção, não é. Justiça do Trabalho, Justiça obreira, Justiça isso, aquilo. Parece que tem uma Justiça para cada um, não é. Daqui a pouco vamos criar uma Justiça para as minorias, Justiça para os *gays*, para os heterossexuais. Desculpem mas eu sou contra isso. Eu acho que juiz é um só. A Justiça é a Justiça comum e julga tudo por distribuição. É o juiz natural. Eu não gosto dessas divisões. Isso é confuso, não é funcional. A Justiça é uma só, é um juiz togado e tal. E no caso da Justiça do Trabalho, tecnicamente, é vista como uma Justiça de cunho político realmente. Daí as suas decisões terem estas conotações, que não é o caso da Justiça comum. Agora, as decisões judiciais, num Estado democrático, pode-se recorrer delas. E no Brasil, diga-se de passagem, há uma enormidade de recursos, que faz com que as ações se eternizem, durem 40 anos. É uma loucura. É uma desconfiança, não é, é uma desconfiança total. Do juiz de primeiro grau, do tribunal. E vai se desconfiando. Até que chega no Supremo, desconfia-se do Supremo também. Mas aí só tem a Corte Internacional de Haia, e ela não é competente. *(Risos)* Desculpem a brincadeira mas... De modo que a questão é passível de recurso. E num Estado democrático este é o caminho que se deve tomar, o do recurso, e não o do afrontamento a uma decisão judicial. Assim como também a manifestação que se faz contra um presidente da República não envolve pedras. Envolve a garganta, envolve as faixas, tudo isso. Não deixa

o presidente dormir, gritando na janela dele. Perfeito. Mas não envolve pedradas. Não envolve. De modo que há os recursos. Este é o jogo democrático. Ou nós fazemos parte dele ou não. É uma questão de escolha.

⇒ **Prof. José Murilo** - Uma das conseqüências da democratização será o aumento de demandas da população em relação à Justiça. Nós sabemos que a Justiça já está totalmente engarrafada com os processos, não consegue dar conta dos processos que tem em mãos. Imagino que, sem dúvida, um dos caminhos a seguir é diversificar, criar esses juizados, como a juíza mencionou. E a Constituição prevê os juizados especiais no cível e no crime, embora ainda não regulamentados por lei federal. Queria apenas aproveitar para pedir a sua opinião. A Constituição prevê também a criação das justiças de paz, que é uma certa retomada do nosso velho juiz de paz do Império, tirado, naturalmente, da tradição anglo-saxônica. Seria uma Justiça eletiva, por um período de quatro anos, os juizes seriam eleitos e teriam atribuição fundamentalmente conciliatória, além de fazer casamentos e outras atribuições que a lei lhes atribuir. Está assim na Constituição. Estou com a Constituição aqui, por via das dúvidas. E me ocorre, por exemplo, que uma Justiça de Paz dessa natureza poderia reger, por exemplo, todas as infrações de posturas municipais. Uma multidão de pequenos conflitos que infernizam a vida do cidadão, que não tem onde recorrer porque, realmente, na Justiça comum não é possível. Todo mundo sabe que não se resolve, demora demais, é custoso etc.. Eu lhe pergunto sobre esse ponto específico dessa justiça de paz, poderiam se encarregar desse tipo de conflito, se isso não seria também uma possível medida a ser votada pelo Parlamento, o que poderia contribuir, de um lado, para não criar mais o acúmulo de demandas no Judiciário e, de outro lado, levar a Justiça ao cidadão comum, que, a meu

ver, é mais importante do que qualquer Supremo Tribunal. Tudo isso, é a Justiça de primeiro grau. É ali que está realmente o cerne do problema, que dizer, a aproximação da Justiça do cidadão, para dar a ele, inclusive, a idéia de que ele tem direitos que podem ser garantidos no nosso sistema. Sem isso, ele não vai acreditar na nossa democracia.

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Prof. José Murilo, mais uma vez, obrigada pela sua pergunta. E a respeito dos juízes de paz. Tradicionalmente, no nosso Direito e no nosso sistema, os juízes de paz somente realizam casamentos. Mas foi aberta uma possibilidade para que a lei venha definir outras funções. Ele é um juiz laico, não técnico, que seria eleito e poderia, sim, eu vislumbro, talvez, uma possibilidade desse juiz atuar em juízos arbitrais, que também nós poderíamos criar. Por exemplo, nessa área de consumidor, que atormenta a vida do cidadão. Porque são pelos pequenos problemas, que são muito caro de se resolver, se for às varas comuns, que o indivíduo se vê massacrado; pela impossibilidade de ir lá, então, ele se vê massacrado no seus direitos de ter um bem de consumo durável que funcione. Enfim, acredito que o Juiz de Paz poderia, sim, funcionar como um conciliador, como uma espécie de um juízo arbitral, que teria uma influência decisória nessa questão, e que poderia apenas ir para a vara comum a nível de recurso, caso houvesse. Mas já seria executável desde ali. Agora, incorreríamos aí num bis e idem, porque já temos a previsão dos juizados especiais, não é, que temos aqueles conciliadores. Acredito que o Juiz de Paz se daria melhor naquelas questões, naqueles pequenos problemas, é mais de acordo com ele, eu diria, aqueles pequenos envolvimento decorrentes do convívio familiar. São aquelas pequenas brigas entre casais que vão para as delegacias, poderiam ir para o juizado de paz e lá se resolveriam. O problema de guarda

de menores, enfim, isso eu acredito que os juizados de paz poderiam resolver, porque são questões administrativas até, não envolveriam a Justiça comum. De modo que há muito o que se fazer. Agora, eu não vejo, professor Murilo, fico muito preocupada com isso, quando se fala em fazer uma lei. Fico sem dormir, esperando qual é a lei que vem. E, geralmente, a minha insônia é justificada depois, porque aí vem uma dor de cabeça terrível. Quando vou ler a lei, é inexecutável, de regra. Outro dia, eu li uma lei... Por favor, isso aqui é uma crítica construtiva. Nós estamos aqui debatendo, naturalmente, nós temos que criticar. Aliás, também quero ser criticada, porque isso vai me tornar melhor, eu espero. Sem crítica não caminhamos. O deputado Miro Teixeira fez uma lei a respeito de investigação. Lei 9034. Alguns procedimentos para agilizar a investigação sobre o crime organizado. Então, a lei começa da seguinte forma: *nos crimes decorrentes de quadrilha ou bando...* Bom, aí eu já parei, fechei tudo e disse: impossível. Pois a garantia de todos nós, cidadãos, é que a lei criminal vai dizer: *subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel é crime*. Ela vai descrever a conduta. Isso vai me dar a segurança de que se não tiver feito exatamente o que a lei descreve, não sou culpada de nada. Mas aí vem essa lei e diz: *nos crimes decorrentes de quadrilha ou bando...* Aí, vou lá nos crimes de quadrilha ou bando e está lá: *associarem-se mais de três pessoas, portanto, quatro, para o cometimento de crimes...* Mas eu não sei o que é que é crime decorrente, eu sei o que é que é crime de quadrilha ou bando, mas decorrente de quadrilha ou bando eu não sei, não existe. Então, é inaplicável essa lei. Depois manda que juiz vá lá investigar. Veja, você não pode mandar um juiz sair da sua cadeira, a não ser que você altere e crie juizados de instrução e julgamento, ou seja, aquele juiz investigador, como na Itália, é um magistrado investigador, ele não vai julgar, ele vai fazer a prova para que

outro magistrado julgue. Agora, como é que essa lei dos crime de... como é que é mesmo? Decorrente, não é? Como é que eu vou sair da minha cadeira, ter que ir lá e depois voltar e julgar? Eu não posso, eu sou testemunha, eu investiguei. Quer dizer, leva a essa perplexidade. Então é preciso ir com cuidado. E os juízes de paz poderão, professor Murilo, no meu entender, exercer a sua atividade com mais propriedade aí nesta área do direito de família, onde as relações são muito delicadas, como uma briga entre marido e mulher. Não é o Código Penal que vai resolver, porque tem filhos etc. Isso ficaria melhor num juizado de paz, que é antes de mais nada conciliador, não é.

⇒ **Artur, aluno do Mestrado da EBAP - V.Exa.** tem dito que há uma dificuldade no relacionamento entre o Legislativo e o Judiciário no que diz respeito à formulação das leis. Não estaria na hora de juízes do quilate de V.Exa. se candidatarem, tendo em vista o respaldo popular, e ajudar na formulação dessas leis? (Tem meu voto) *(Risos)*

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Artur, você me coloca numa sinuca de bico. Veja bem, o Poder Judiciário é uma vocação. Você é juiz por vocação. Não conheço juiz que sairia da sua função para exercer uma outra. Conheço juízes que se aposentaram e de repente foram para outra atividade. Agora, não precisa disso, basta um deputado entrar em qualquer gabinete, de qualquer juiz, com aquilo rascunhado num pedaço de papel assim, e dizer: escuta, isso dá para aplicar? Porque quem aplica vai saber se pode ou não. E pode dar uma sugestão. Pega e diz assim: olha, isso aqui está bom, mas isso aqui não. Se eu fosse você, eu colocava... Está bom. Tome. É assim que é feito na Holanda. Tenho colegas, contato com colegas lá, e já vi isso, inclusive. De modo que

não precisa sair do Judiciário para se fazer isso. Quer dizer, confesso que nunca recebi qualquer deputado no meu gabinete. Estou aberta até para isso, mas nunca recebi uma visita, que seria muito bemvinda, estejam certos.

⇒ **Luis Felipe, aluno do Mestrado da EBAP** - Sobre a situação de certos condenados que têm privilégios dentro do cárcere, o que é que a Justiça pode fazer a respeito?

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Bom, em razão da resposta que dei em relação às justiças especiais, que não gosto, infere-se daí qual será minha resposta em relação a isso. Acho que não há distinção entre prisão. A distinção que se faz no mundo inteiro é apenas o seguinte: a prisão provisória, ou seja, aquela que antecede a sentença, existe num determinado local e a prisão por força de condenação em outro. Fora disso, não há qualquer distinção, na minha visão. Vamos acabar com esse monte de justiças aí, federal, estadual... Não. Um juiz só, um juiz natural. Feita essa colocação, a prisão antes e depois da condenação, é preciso também colocar um ponto, que reputo da maior importância. Não sei se os senhores conhecem presídios no Brasil. Não sei se alguém aqui já foi a um presídio. Seria bom que fossem. Nós não vamos resolver o nosso problema social com o Código Penal. Nós não vamos resolver a nossa violência com o Código Penal. Isto é ledó engano. O código Penal existe para intimidar, e quando ele for usado, deve ser usado com força para não agasalhar a impunidade. Agora, ele não é solução. A solução reside no Poder Executivo e passa pelas questões sociais. Agora, uma prisão no Brasil, e em outros países que eu conheço; até compararia as prisões do Brasil às prisões do Camboja, que conheci recentemente, agora, nos 20 anos do final da guerra. Estive lá e, realmente, achei muito familiar. As prisões no

Brasil são terríveis. Há uma super população. E é muito curioso porque, como elas são terríveis, nós mandamos o indivíduo para lá e a sociedade não quer saber, fecha os olhos. Não temos prisão perpétua, vejam bem. Então, nós fechamos os olhos e não queremos saber. Acontece que aquele indivíduo que eu condenei dez anos, um dia, vai sair. Quem vai sair? Aquele que eu condenei? Não. Não nesta prisão. Agora, por outro lado, há uma distorção muito grande, quem executa as penas no nosso sistema, aqui no Brasil, é o Poder Executivo, não é o Judiciário. É o Poder Executivo o encarregado de fazer cumprir as determinações judiciais, portanto, encarregado do cumprimento das penas. Pois bem. O Brasil é o único país onde existe algo que se chama visitas íntimas. Desculpem, é bordel. Bordel oficial. Por que isto? Porque, na verdade, o preso tem uma série de direitos que visam a recuperá-lo. Por exemplo, ele tem que trabalhar. O preso tem que trabalhar. Ele poderia fazer, por exemplo, tudo isso aqui, mesas, cadeiras... Mas isso nós não damos. Isso não se dá no Brasil. Então, o que é que se faz aqui? Ah! visitas íntimas. O ovo de Colombo agora, no Brasil, é o seguinte: todo preso tem direito de encontrar-se intimamente com sua esposa ou sua esposa com seu marido. Agora já se abrandou um pouco. Não, ele tem direito, inclusive, com companheira estável há mais de 15 anos. Agora já são cinco anos. Daqui a uns dias, qualquer coisa entra. Agora, o que é que acontece com isso, na verdade? Não conheço isso em país algum. Na verdade, quando você comete um delito e tem que cumprir uma pena restritiva de liberdade, ou melhor, privativa de liberdade, você perde a sua liberdade, você perde a sua privacidade. Isso é consequência da pena. Mas você tem direito ao trabalho, você tem direito a receber uma retribuição por esse trabalho, talvez você tenha o dever de pagar pela sua estadia compulsória mas, sim, estadia. Veja, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. E não transformar as

prisões, mormente as do Rio de Janeiro, em verdadeiros bordéis. Não sei se os senhores sabem que mais de 70% da nossa população carcerária é aidética. Recebo diariamente na 10ª Vara Criminal presos já em estado visivelmente terminal. E eu até chego a indagar: não será isso dirigido, talvez? Se for, é criminoso. Bom, esse assunto é do Executivo. Estou apenas levantando as questões e manifestando a minha perplexidade também.

⇒ **Lenaura, ex-aluna da EBAP** - A senhora falou em diversas possíveis soluções para o Poder Judiciário. Seis delas já criariam uma mudança profunda no Brasil, hoje. Qual é a disposição do Poder Judiciário para essas mudanças? É uma posição sua, individual? Como é que a senhora avaliaria isso dentro do próprio sistema, da própria magistratura e da própria corporação? E se existe isso normalmente debatido, se o Poder Judiciário tem o seu próprio projeto para mudança.

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Muito obrigada pela pergunta, mas é uma pergunta difícil. Veja bem, há que se separar. Eu separaria o Poder Judiciário hoje, no Brasil, em duas vertentes: há um Poder Judiciário que é o esteio da experiência, digamos assim, aqueles mais antigos na carreira, imprescindíveis a todos nós, e há um Poder Judiciário mais jovem, que ousa mais, que é mais aberto. A conjugação dessas duas vertentes acho bastante saudável, chega-se a um equilíbrio. Então, entre nós, há essas discussões, naturalmente. Nas associações dos magistrados, não é *Interna corporis*, por assim dizer. Nós estamos preocupados com isso, sim. Agora, também é preciso levar em conta a dimensão continental do país. Essas diferenças regionais também nos levam, de vez em quando, a simpósios nacionais, onde várias modificações são propostas, são sugeridas, são levantadas. Eu

diria que verifico uma manifestação do Judiciário no sentido de debater isto, o que já é bom. Naturalmente, há aquela área mais jovem, que é mais impulsiva, mais transparente e fala mais, até porque não tem muitas amarras. Não vivi. Em 64, por exemplo, eu tinha 11 anos de idade. O que me lembro da revolução? Eu não vivi aquilo. Os meus colegas mais antigos eram juízes nessa época, então há essa diferença. Agora, observo que tem uma vontade dessa, principalmente, nos pólos de ressonância do Brasil, que são o Poder Judiciário do Rio, do Rio Grande do Sul, que é excelente, de São Paulo. Brasília eu não diria, porque é uma cidade surda, fica uma coisa meio à parte. Mas os poderes estaduais, os poderes judiciais dos estados têm-se reunido, sim, e proposto mudanças. Agora, é um poder mais silencioso, viu, é um poder que caminha mais devagar. Ele é aquele poder que busca atitudes não tão de vanguarda, digamos assim. O bom juiz, o bom poder judiciário, caminha atrás do cidadão, vai acompanhando as mudanças do cidadão. Mesmo que o juiz seja muito avançado, não deve propor as mudanças, deve acompanhá-las e ir se adaptando, ainda que ele já esteja lá na frente. Não, como juiz, deve acompanhar as mudanças da sociedade. De modo que, o compasso, acredito que vai ser dado pelo cidadão.

⇒ Flávio, aluno do Mestrado da EBAP - Considerando que existe um certo conflito, como a senhora mesmo colocou, entre os poderes, e não vive um sem o outro, gostaria de explorar um pouco, voltando à idéia do Legislativo e do Judiciário, em que medida esses conflitos, muitas vezes, são colocados até pelo próprio Judiciário. Ou seja, na medida que a gente fala ou que a senhora sugere que o deputado, que o legislador fosse ao juiz, até que ponto isso não é uma resposta a uma possível ameaça que o Legislativo também coloca ao Judiciário? E complementando ainda essa idéia, em que medida

existe independência entre os componentes do Judiciário? Porque através do seu discurso parece que existe uma certa independência, o que não é muito claro para o cidadão. Ou seja, como se o juiz tivesse autonomia para acompanhar o cidadão e tomar certas decisões. Isso parece que contrasta, muitas vezes, com a idéia de que a carreira do juiz estaria interrompida ao nível estadual se ele não tiver um bom relacionamento com o Executivo, que é quem tem possibilidade de levá-lo até a esfera federal. Ou seja, dá a impressão de existir um processo hierarquizante dentro do próprio Judiciário, similar, talvez, até ao sistema militar, que talvez feche um pouco as portas ou diminua a iniciativa dos próprios juizes de tentarem melhorar o sistema judiciário com mudanças, ações dentro do próprio sistema. Obrigado.

⇒ Dra. Denise Frossard - Flávio, obrigada pela pergunta. Quando eu digo que os deputados podem ir lá no gabinete do juiz, até prefiro que não, porque, veja bem, nós temos muito trabalho. Estou apenas dizendo que, se quiser, como nós somos aplicadores, muitas vezes a gente pode dar uma olhada na forma, para não saírem heresias. O bom seria que o deputado tivesse uma equipe que fosse capaz de redigir uma lei com a técnica jurídica adequada, porque senão não dá para aplicar. Não quero com isso dizer que ele tem que ir lá, não, apenas franqueando as portas, que seria até um *plus* para o magistrado, que já é bastante onerado com sei lá quantos mil processos. Agora, o ideal é que o legislador, tenha competência, condições de fazer uma lei observando a compatibilidade ao sistema e que seja aplicável. O ideal é isto. Se de todo não for possível, se ele quiser entrar, ninguém vai lhe barrar a porta. Feito esse reparo, com relação à independência, realmente não há hierarquia no Poder Judiciário. Nós somos órgãos. Um juiz de primeiro grau,

ele é inviolável no seu entendimento no caso concreto, não há qualquer hierarquia, nós somos muito independentes em relação às nossas posições. O que há é o seguinte: o juiz dá uma sentença e ela pode ser revista pelo Tribunal, porque é previsto isso, e o Tribunal pode entender de forma diferente. A carreira do juiz, quando me manifestei a respeito disso, por exemplo, não sou obrigada a me manifestar porque o Supremo tem um entendimento tal. Não. Eu posso dar um entendimento diverso. Aliás lembro-me de uma vez que houve um impasse com um ministro do Supremo. Consistiu no seguinte: tinha prendido determinadas pessoas e o Supremo, finalmente, soltou. Isso tem muitos anos, acho que foi em 87. E me manda um telex dizendo assim: para V.Exa. expedir o alvará de soltura. Aí, mandei um telex dizendo: V.Exa., que entendeu dessa forma, que expeça. *(Risos)*

Eu tenho entendimento contrário. Eu sou inviolável no meu entendimento. Mas isso dentro da lei. Artigo tal. E mandei. E ele expediu o alvará de soltura de lá. É claro. Ele não pode me impor que eu expeça um alvará de soltura ou de prisão, se não é este o meu entendimento. Então a nossa independência é muito grande. Isso não era nenhum problema de conflito. Deve ter passado despercebido, ele mandou. Não, não, o senhor expeça daí. Entre nós não existe o chamado poder hierárquico. O Legislativo também não tem o poder hierárquico. Não há hierarquia entre o juiz de primeiro grau, aquele que entrou ontem, e o presidente do Tribunal de Justiça, não há. Agora, a nossa carreira se faz... É muito curta a nossa carreira. Nós somos juízes ou desembargadores. A diferença é o seguinte: juiz geralmente é novo, desembargador é velho. Por isso que o desembargador gosta de ser chamado de juiz e o juiz é louco para ser desembargador. *(Risos)* A diferença é essa.

Então, a nossa carreira é apenas isso: juiz e desembargador. Como é que se faz a ascensão a desembargador? Nós podemos ir por antigüidade, que é normal no funcionalismo público, ou por merecimento. O merecimento, hoje, a Constituição foi muito feliz nisso, o merecimento hoje se faz da seguinte forma: por exemplo, eu sou juíza titular. Quantos são os juizes titulares aqui no Rio? Vamos dizer, são 10. São 50. Juiz não é bom de conta. Já botei 50 para ver o quinto aí certinho. São 50 juizes titulares. Um quinto, o quinto mais antigo pode concorrer a desembargador, por hipótese, então, os cinco primeiros mais antigos podem concorrer por merecimento. O critério me parece menos injusto, eu acho bom, eu acho que não tem que melhorar nada, está certo. Aí, vai para o órgão especial, que são os 25 desembargadores mais antigos dentre os 69 aqui no Rio e eles vão escolher qual daqueles que estão no quinto, os cinco ali, qual é os que eles vão escolher. Isto é, se o juiz se candidatar. Porque o juiz não pode ser promovido assim: o senhor vai para tal lugar. Não. Se ele quiser. Eu mesma deixei de concorrer muito tempo. Eu não quis. Não tinha nada que me agradasse, eu digo: não quero. Ponto final. E ninguém pode me obrigar. Agora, quanto aos tribunais superiores, realmente, aí é outra história, porque aí é uma interferência do Executivo, exclusivamente, no Judiciário. E eu me referi a isso como uma contrafação de segunda categoria, não é, do modelo americano. Porque é realmente. Veja, não vai uma crítica aqui, não, porque, curiosamente, até hoje, tem dado certo. Mas os senhores conhecem alguma indicação do presidente da República que tenha sido recusada pela Câmara Alta, pelo Senado? Não. Os senhores já viram alguma sabatina do Senado, da Câmara Alta como se faz nos Estados Unidos? Não. Então, deixa a carreira seguir como está aqui, o quinto mais antigo concorre e lá escolhe. Poderia ser assim. Eu acho que há

uma intervenção muito grande do Executivo no Judiciário neste caso. Agora, curiosamente, os resultados têm sido bons, não é.

⇒ **Ana Cristina, da Rádio Tupi** - Boa tarde, juíza. Continuando na questão do Código Penal, que a senhora chegou a tocar, eu gostaria de saber se a senhora acha mesmo que tem que haver uma reformulação total no Código Penal e o que é que deve ser mudado.

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Não, pelo amor de Deus, total, não, que eu me arrepio. Este Código Penal é um código penal que foi feito por homens do cacife de um Nelson Hungria, a revisão do português do Código Penal é do ministro Abigard Renau, que ainda está vivo lá, com 96 anos. É perfeito. Tem uma técnica apuradíssima este código. Agora, é preciso algumas alterações para adequá-lo à vida moderna. Por exemplo, aqui no Brasil, nós não temos a previsão do crime da lavagem de dinheiro, que no mundo civilizado é tido como crime. Os senhores sabem que para ser punido uma conduta como crime é preciso estar previamente previsto. Quando a lei diz: subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel, é só a partir de 1940 que aquilo é crime, porque estava prevista.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Agora é até pecado, não é, essa lavagem de dinheiro.

⇒ **Dra. Denise Frossard** - É pecado. É. Mas para nós só é pecado, não é crime. *(Risos)* Para nós, aqui no Brasil, poderá valer uma excomunhão, o indivíduo será, no máximo, excomungado. Então, pensem os senhores que todos os criminosos aí de colarinho branco... No Brasil se lava muito branco. Vejam, nós temos uma moeda atualmente estável e nós temos a não previsão da

lavagem do dinheiro, então, o que é que acontece? O dinheiro do pó branco vem todo para o Brasil. Existe melhor lugar para se lavar dinheiro onde não é crime? Por exemplo, nós não temos a lavagem de dinheiro. Esse é um ponto que eu colocaria, adequando ao sistema. Agora, não é esta fúria de mudar tudo não, porque, quando fala mudar, eu fico apavorada porque o que é que vão fazer com este Código? Este Código é bom. O Código Civil foi feito por Clóvis Bevilacqua. Ele precisa de algumas adequações. Ele está ultrapassado na maioria? Está. Agora, vamos manter aquele sistema, porque aquilo é muito bom. São os nossos bisavós que fizeram aquilo, é preciso respeito. Agora, a mudança mais sensível que se faz é no instrumento de manifestação do Direito, ou seja, são os códigos processuais; é o instrumento que nós vamos manusear. Qual o instrumento de trabalho do magistrado? É o Código de Processo Civil, Penal, e assim vai. Quanto a estes códigos é que se pode fazer alguma alteração. Eu já cheguei a propor, inclusive, até isso foi proposto em Minas Gerais, não sem razão porque falar em regionalização dos procedimentos é falar em Minas Gerais, o mineiro, ele é regionalista, não é professora Sônia, de modo que eu falei lá em Minas sobre a necessidade de voltarmos àqueles primeiros 30 anos deste século quando tínhamos realmente códigos processuais estaduais, mais próprios a cada região, num país de dimensão continental, como é o Brasil, e com isso também, por que não dizer, estaríamos homenageando ou menos menosprezando os Estado federalista, não é verdade? Então, na questão das modificações, parece mais urgente a questão do instrumento, o processo. E, naturalmente, urgente, a criminalização de algumas condutas como, por exemplo, a lavagem do dinheiro. Hoje em dia os crimes são multijurisdicionais internacionalmente. Os crimes econômicos, por exemplo. O dinheiro dorme aqui, amanhã ele amanhece em Hon Kong. Hon Kong é muito rica. É, sim. Mas a riqueza de

Hong Kong, está num dia na Inglaterra, porque é noite em Hong Kong, mas de dia ela está na Inglaterra, e Hong Kong está pobríssima da noite para o dia. De modo que é preciso prever algumas coisas nesse sentido.

⇒ **Profª Sônia Fleury** - Estamos encerrando esse trabalho de hoje agradecendo profundamente, em nome de todos os alunos e professores da EBAP, a brilhante e franca exposição da juíza. Acho que não podemos mais falar na caixa preta, vamos perder essa possibilidade, porque a caixa preta foi despudoradamente aberta diante de nós, como início de um diálogo que, espero, realmente tenha conseqüências. Eu queria terminar com uma pergunta. A senhora levantou alguns aspectos culturais, educacionais relativos à relação sociedade e Justiça. Por exemplo, em relação aos meninos americanos que aprendem a julgar; ou na conversa anterior, lá na sala do prof. Armando, a senhora falou dos alemães, que aprendem sobre o sistema judiciário desde a escola. O que é que nós, essa casa, uma casa de educação e ciência, o que é que nós como sistema educacional, que vai desde o primário até aqui na pós-graduação, poderíamos fazer para aumentar essa transparência e ter uma interlocução maior com o Judiciário, de tal forma a ampliar e estender o conceito e a profundidade da nossa cidadania?

⇒ **Dra. Denise Frossard** - Prof. Sônia Fleury, muito obrigada pela pergunta e suas colocações sempre tão oportunas. Bom, eu acredito que o Judiciário é um poder difícil, sob um certo aspecto, porque não tem uma função didática. O que pode acontecer é que membros do Poder Judiciário ou órgãos, como se pretenda, eventualmente compareçam e façam uma palestra etc... Mas esta casa, como uma casa que está formando mestres, pode sim, pode fazer muito. O Poder Judiciário pode debater, pode vir, mas a função dele não é esta. Lamentavelmente, não sei se lamentavelmente ou não, a função nossa é

de usar a arma do juiz, que é a caneta com tinta. Eu não tenho meio termo: ou eu condeno ou eu absolvo. Eu não posso... Às vezes eu condeno e a assinatura vem borrada porque caiu uma lágrima. Condenei contra mim mesma. Mas tenho que condenar. Eu sou contra a pena de morte. Se amanhã vier a pena de morte, eu tenho que impô-la. Ou então pedir licença, um táxi e ir embora, porque não estou adequada. Agora, eu não vejo como o Judiciário pode fazer muito, porque a função dele é estritamente julgar. O que pode, sim, é eventualmente um ou outro membro comparecer, e esse é um dever do juiz, e discutir esses assuntos com aqueles que vão ser os elementos propagadores de cobrança, por exemplo, junto ao Executivo, na parte da educação; que já do primário, como na Alemanha, os alunos saibam qual é a divisão do Estado, por que é que é dividido em Legislativo, Executivo e Judiciário, o que é o Legislativo, o que é o Executivo, o que é o Judiciário, para que é que servem os três, não é verdade? Isso não é dado no primário. Qualquer criança na Alemanha sabe disso. Então, quer dizer, acredito que o Judiciário pode fazer muito pouco, mas ele está à disposição. Tenho certeza que sim. E falo aqui pelo Judiciário do Rio, não é. Os juízes do Rio, em sua maioria, são professores. Eu não sou, não tenho tempo, mas a maioria exerce também atividade em uma universidade apenas. Hoje nós temos, por exemplo, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, que já tem até a sua sede própria e que faz seminários, aliás, abertíssimos. Outro dia, eu me surpreendi, havia um simpósio que era *Judiciário e a Imprensa - Encontros e desencontros*. Convidaram-me para falar nesse simpósio. Eu achei interessantíssimo porque lá estavam jornalistas que até bem pouco tempo não entravam no Judiciário. Porque entravam e o juiz dizia: não pode tirar fotografia. Só o caderninho na mão. Não pode gravar, não pode nada. E não podia nada. Agora, onde é que estava na lei, eu não sei. Então um dia, em 87, eu me lembro, eu abri, eu disse: eu não posso proibir a entrada do senhor. Eu não gostaria de ter aqui, de trabalhar com

luzes etc. e tal, mas eu não vejo na lei como proibi-lo disto. Eu tenho na lei como retirá-lo se o senhor não se portar devidamente, mas proibí-lo previamente, eu não tenho. *(Risos)* De modo que, professora Sônia, estas são as minhas palavras. Perdoe-me, às vezes eu sou um pouco impertinente mesmo. *(Ri)* Tenho certeza que todos os órgãos judiciais, os juízes, pelo menos no universo do Rio de Janeiro, se sentirão muito honrados, inclusive, em serem propagadores disso, dessas idéias, preocupados todos com a educação, mas que é preciso realmente a cidadania pressionar o Executivo com relação à educação. Eu não estou dizendo que a educação também resolve. Com educação se mata mais civilizadamente. Também não acaba mais, enfim, eu acho que é por aí também. *(Aplausos)*

⇒ Prof. Armando Cunha - Juíza Frossard, eu gostaria, em nome da Fundação Getulio Vargas, em particular da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da nossa comunidade acadêmica, nossos alunos, pesquisadores e demais companheiros de outras unidades da Fundação Getúlio Vargas aqui presentes, de expressar os nossos profundos agradecimentos pela oportunidade e pelo privilégio de ouvi-la; de nos levar pelos caminhos de uma compreensão melhor, e pensar, até a ousar contribuir para o debate nacional sobre um assunto de tão crítica importância para a cidadania. Eu espero que se sinta encorajada de nos conceder outras oportunidades de tê-la aqui entre nós para apoiar as nossas discussões, os nossos estudos. Muito obrigado.

⇒ Dr. Denise Frossard - Eu que agradeço a todos. Muito obrigada. *(Aplausos)*

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO À BIBLIOTECA
NA ÚLTIMA DATA MARCADA

13-10-2004 ✓		
6.6 SET. 2005 ✓		
13 SET 2006 /		
06 NOV 2006 \		
10 NOV 2006		
DEVOLVIDO 08 NOV 2009		
DEVOLVIDO 17 MAR 2011		
01 JUN 2012		

